

As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (I)

Alberto Passos Guimarães

Novos Rumos, 22 a 28 de julho de 1960

Página 10.

Um dos muitos méritos da “Declaração” e das “Teses” consiste em abrir novos horizontes à formulação da política dos comunistas no campo. Ao colocarem no devido lugar a contradição imperialista, ressaltando sua predominância sobre as demais contradições, inclusive sobre a contradição com os restos feudais, aqueles documentos possibilitaram uma compreensão nova, mais ampla e mais profunda, de nosso problema agrário.

O fato de aceitar-se como predominante a contradição imperialista e de admitir-se como principal inimigo de nosso povo o imperialismo norte-americano implica, logicamente, reconhecer o papel primordial que aquela contradição desempenha em todos os aspectos da revolução brasileira. Por conseguinte, implica reconhecer que a opressão imperialista sobre a nação é mais forte do que a opressão feudal.

E se tal conclusão é verdadeira para toda a nação e para todo o povo, é evidentemente verdadeira para nossa população rural, e em particular para os camponeses.

A contradição com o imperialismo – e com o imperialismo norte-americano muito especialmente – não é nem pode ser uma contradição apenas com a parte urbana da sociedade, mas com o seu conjunto; não pode ser uma contradição apenas com um setor da economia, mas com a economia brasileira em seu conjunto. E, por isso, não é nem pode ser uma contradição dominante apenas para a indústria e não dominante ou subordinada para a agricultura.

Não raciocinam exatamente nestes termos – segundo me parece – alguns companheiros da oposição “esquerdista”, os quais, embora se mostrem indignados contra a suposta “separação mecânica” que as “Teses” teriam feito das duas contradições fundamentais tratam, eles próprios, o problema agrário à parte dos demais problemas. E, ao assim procederem, fazem de fato uma separação mecânica entre as duas contradições, raciocinando em termos tais que dão a entender que, no campo, a contradição principal é com os restos feudais (e os latifundiários) e não com o imperialismo. Para eles, segundo pude compreender, a contradição com o imperialismo

deixaria ali de atuar ou, na melhor das hipóteses, perderia sua condição principal e passaria à de subordinada.

Essa incompreensão do caráter dominante (em geral, para todos os aspectos) da contradição imperialista apresenta-se com maior evidência no artigo de Nestor Vera (NOVOS RUMOS, nº 66) onde a luta de classes no campo brasileiro aparece reduzida a apenas duas frentes: a frente dos camponeses contra os restos feudais e a frente dos assalariados ou operários agrícolas contra o patronato rural.

Como se explica que estes companheiros tão “exigentes” a respeito de um problema importante como de fato é a aliança operário-camponesa, subestimem e mesmo abandonem a luta contra o imperialismo no campo? Não é a luta contra o imperialismo no campo o fator mais relevante, o fator principal, na presente etapa, para a mobilização de TODO o povo e, conseqüentemente, para a formação da aliança operário-camponesa?

Essa subestimação só se explica pelas dificuldades que têm os companheiros da oposição “esquerdista” em se livrarem do subjetivismo, do dogmatismo e do sectarismo.

A opressão imperialista no campo

Dissemos que a opressão imperialista é mais forte, também no campo, do que a opressão feudal. Será verdadeira esta afirmação?

Pensamos que é verdadeira. E se não o fosse, não seriam também completamente verdadeiras as suas premissas: a de que a contradição dominante é com o imperialismo e a de que o imperialismo norte-americano é o inimigo principal de todo o povo brasileiro.

A verdade desta afirmação pode demonstrar-se, em primeiro lugar, pelo fato objetivo, bastante óbvio, de que a espoliação imperialista é a causa histórica mais longínqua e determinante do atraso semifeudal de nossa agricultura, atraso que decorre, fundamentalmente, da evasão de parte substancial da renda nacional para as metrópoles, durante toda a nossa história.

Pode demonstrar-se essa verdade, em segundo lugar, com o fato de que uma parcela considerável da renda nacional que se evade, e que representa o tributo de nossa dependência aos monopólios estrangeiros, não é paga pelos latifundiários, mas sim, é por estes extorquida a custa de uma intensificação ao mais alto grau da exploração semifeudal da massa camponesa.

Em terceiro lugar, pode esta verdade demonstrar-se pelo fato de recaírem sobre a massa trabalhadora do campo, mais do que sobre qualquer outra camada do povo, os ônus resultantes quer da pressão direta dos monopólios estrangeiros, em particular dos norte-americanos – para o aviltamento dos preços dos produtos primários, que da pressão direta e indireta desses mesmos monopólios sobre o conjunto da economia nacional.

A teoria e o método da luta de classes

Afirmava Lênin, com absoluta propriedade, que o livre desenvolvimento da luta de classes no campo “é o ponto fundamental e central da teoria do marxismo revolucionário na questão agrária” (O Programa Agrário da Social-Democracia Russa, cap.V).

Este ponto não é só uma pré-condição indispensável para o esclarecimento da questão agrária, como principalmente é o método adequado para levar às suas ulteriores conseqüências a revolução agrária antifeudal no Brasil. A luta de classes constitui, pois, o fio condutor através do qual poderemos chegar tanto à compreensão teórica dos nossos problemas agrários, quanto às soluções práticas desses mesmos problemas.

Disponde desse método, deveremos saber utiliza-lo para abrir caminho ao emaranhado de contradições em que se entrelaçam as velhas e as novas relações econômicas e sociais de nosso quadro rural, é a realização do objetivo fundamental da revolução agrária que é a abolição do monopólio da terra.

Nesse sentido, a primeira questão a elucidar, se desejarmos ter perspectivas claras sobre nossa linha programática e tática no campo, é a questão das formas através das quais deve desenvolver-se, o mais livremente possível, a luta de classes no seio do movimento agrário no Brasil.

Lênin, em um de seus trabalhos sobre a questão agrária na Rússia czarista, escreveu: “Duas formas essenciais da luta de classe se entrelaçam hoje no campo russo: 1º a luta do campesinato contra os proprietários agrários privilegiados e contra os vestígios de servidão; 2º a luta do proletariado rural nascente contra a burguesia rural” (Projeto de Programa do Nosso Partido, 1899).

Poderíamos aplicar à situação brasileira atual essa mesma caracterização que se ajustava à antiga Rússia?

Acho que não. Quero acreditar que, nas condições atuais do nosso país, as formas essenciais da luta de classe no campo são três e não duas, como as que correspondiam à situação da revolução agrária da Rússia czarista.

Cometeríamos um grave equívoco se pretendêssemos transplantar esquematicamente para a situação em vigor em nosso país aquela caracterização de Lênin, a qual se aplicava às bastantes diversas condições russas de outra época. . Mesmo que nos dois países fossem semelhantes todas as demais condições, bastaria considerar uma condição básica – a de ser nosso país, ainda hoje, um país dependente do imperialismo, enquanto que a Rússia de antes de 1917 era um país imperialista.

Precisamente por isso, não existem no Brasil atual apenas duas, mas três formas essenciais da luta de classes: 1º a luta de todo o campesinato contra as várias modalidades da opressão e da espoliação imperialista; 2º a luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo e contra os latifundiários; e 3º a luta dos assalariados e semi-assalariados rurais contra os patrões, grandes proprietários de terra.

Essas três formas essenciais da luta de classe no campo brasileiro não se acham separadas entre si, mas sim entrelaçadas, como acentuava Lênin; e embora sejam três frentes diversas, com aspectos peculiares e específicos, são partes integrantes e inseparáveis do processo da revolução agrária no Brasil.

Assim, a luta de todo o campesinato contra o imperialismo é também uma luta contra as sobrevivências pré-capitalistas e pela melhoria da situação dos assalariados. A luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo é, ao mesmo tempo, uma luta para fortalecer o movimento antiimperialista e o movimento reivindicatório dos assalariados rurais. A luta dos assalariados e semi-assalariados contra os patrões grandes proprietários de terras prepara as condições para a unidade da classe operária e para a aliança com o campesinato, resultando no fortalecimento da luta antiimperialista e antifeudal.

As transformações burguesas e as forças motrizes.

Com a teoria da luta de classes, o marxismo, como é sabido, enriqueceu o conhecimento humano, incorporando-lhe uma concepção verdadeiramente científica acerca do desenvolvimento das sociedades. A essência desta teoria reside na descoberta da lei fundamental do desenvolvimento da sociedade humana, do elemento dinâmico que aciona o progresso social e esse elemento dinâmico é a luta das classes em ascensão

contra as classes em decadência. A luta de classes representa, portanto, a força que move a roda da história, o motor do desenvolvimento histórico.

Se não levarmos em conta essa concepção científica não penetraremos no âmago do problema agrário e teremos dele tão somente uma visão estática, um quadro meramente fenomenológico, como os que nos são apresentados pela sociologia vulgar.

Ensina-se a teoria da luta de classes que é preciso partir das classes novas, em ascensão, que aparecem em determinado momento da história da sociedade humana, para seguir o fio condutor que nos levará a descobrir as leis gerais e particulares do desenvolvimento social.

Deste modo, na sociedade brasileira, a fim de podermos escolher acertadamente nossas posições programáticas e táticas, será necessário partir das aspirações, dos interesses e das perspectivas históricas das classes novas em ascensão, isto é, do proletariado, dos camponeses e da intelectualidade, as quais constituem as forças motrizes da revolução brasileira.

Entretanto, as condições objetivas e a situação concreta do Brasil de nossos dias impõem-nos uma condição essencial e preliminar, sem a qual essas classes novas em ascensão não poderão desenvolver-se livremente e abrir caminho para o progresso da sociedade brasileira. Essa condição essencial e preliminar, cujo caráter presente independe de nossa vontade e de nossa ação, é a realização das transformações progressistas de caráter burguês ou, o que quer dizer a mesma coisa, o desenvolvimento do capitalismo.

A esse respeito também é oportuno invocar o pensamento leninista. Respondendo àqueles que ontem, como ainda hoje, levantavam dúvidas e faziam objeções à libertação do desenvolvimento burguês no campo russo. Lênin esclarecia:

“O proletariado distingue-se precisamente das outras classes oprimidas pela burguesia e opostas a esta última, por basear suas esperanças não sobre uma interrupção do desenvolvimento burguês, não sobre o enfraquecimento ou a atenuação da luta de classes, mas ao contrário sobre seu desenvolvimento mais completo e mais livre, sobre a aceleração do progresso burguês. Numa sociedade capitalista em desenvolvimento **é impossível** (grifado no original, APG) suprimir os vestígios da servidão que entravam o progresso, sem reforçar e consolidar com isso a burguesia.” (O Programa Agrário da Social-Democracia Russa, cap. V).

Lênin afirmava, também, que “o proletariado não defende todas as medidas que aceleram o progresso burguês mas somente aquelas que contribuem diretamente para reforçar as capacidades da luta da classe operária e em favor de sua libertação.”

Isto quer dizer que o proletariado não somente deve como pode intervir no sentido de um determinado tipo ou curso de desenvolvimento capitalista. E se tal coisa era possível à época de Lênin, na Rússia czarista, muito mais o é hoje, nas condições atuais do Brasil e do mundo.

Prestemos bem atenção ao fato de que se, por um lado, independe de nossa vontade o caráter atual, objetivo, das transformações progressistas em nosso país (que só podem ter caráter burguês), por outro lado, o tipo ou curso dessas transformações pode ser modificado segundo a ação política das forças motrizes da revolução, isto é, do proletariado e seus aliados.

Por assim entender o problema, Lênin estabelecia clara distinção entre o caráter burguês, objetivo, das transformações progressistas realizadas em determinada situação e o caráter não burguês, e portanto socialista, da ação de suas forças motrizes:

“Burguês por seu conteúdo econômico e social, - escreveu Lênin - o movimento de libertação não o é por suas forças motrizes. Não é a burguesia que pode ser sua força motriz, mas o proletariado e o campesinato. Por que isso é possível? Porque o proletariado e o campesinato, mais ainda do que a burguesia, sofrem as sobrevivências da servidão e sentem necessidade mais premente de conquistar a liberdade e quebrar o jugo dos senhores de terra.” (A Questão Agrária e as Forças da Revolução, abril de 1907).

O caminho reformista e o caminho revolucionário

Dois são os cursos ou caminhos possíveis do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro: um, revolucionário, outro, reformista.

Qual é, deste dois, o tipo ou curso do desenvolvimento capitalista no campo que o proletariado deve apoiar?

O proletariado e as forças mais progressistas da sociedade brasileira devem apoiar as transformações burguesas no campo, que resultem na destruição dos laços com o feudalismo, que resultem na destruição das formas pré-capitalistas, e expressem um desenvolvimento democrático apoiado no capitalismo de estado e na propriedade camponesa.

Este é o curso revolucionário do desenvolvimento do capitalismo no campo, o qual se opõe ao curso reformista que consiste nas transformações burguesas que se realizam sem alterar as bases do antigo regime.

As transformações burguesas de conteúdo revolucionário podem ser realizadas, e o tem sido no Brasil, quer de forma violenta, quer de forma pacífica, sem ou quase sem violências.

E no nosso passado não muito distante, quando no seio da sociedade brasileira se desenvolvia a luta de classes entre senhores e escravos, e mais amplamente, entre os que apoiavam a oligarquia escravocrata e os que apoiavam o movimento abolicionista, esta luta terminou, após numerosos levantes de escravos, com a vitória pacífica dos abolicionistas. Essa foi uma transformação burguesa de extraordinária importância histórica que se inclui entre as que podemos considerar de conteúdo revolucionário, pois mesmo conservando o monopólio da terra, destruiu as bases do antigo regime escravista e abriu caminho a novas relações econômicas e sócias no campo.

Exemplos recentes de transformações burguesas de conteúdo revolucionário, e obtidas por meios pacíficos, mediante “reformas”, igualmente não são raras. Entre estas podem ser citadas várias das lutas vitoriosas dos posseiros pela validação de títulos de propriedade.

A expropriação do Engenho de Galiléia, em Pernambuco, alcançada depois de uma série de lutas a que não faltou a violência da polícia, é outro exemplo de “reforma” que teve um desfecho pacífico. As transformações realizadas, com a divisão de um latifúndio semifeudal entre camponeses, têm caráter burguês e, por seu conteúdo, por sua essência, podem classificar-se entre as transformações evolucionárias. Apesar de realizada mediante uma “reforma”, um ato do governo, a expropriação não teve conteúdo reformista, não se fez para conservar as velhas de produção existentes; desse ato resultou uma mudança na estrutura da propriedade que, de um latifúndio semi-feudal, se transformou num certo número de propriedades camponesas, e resultou, também, numa mudança do regime de trabalho, pois os antigos camponeses semi-feudais se tornaram camponeses burgueses.

Detenhamo-nos neste acontecimento para extrair dele outras conclusões. Poder-se-á argumentar que a expropriação do Engenho Galiléia constitui apenas um caso isolado e que não poderá repetir-se em elevada escala, por diversos motivos. Mas também se poderá argumentar que esse caso só é um caso isolado devido ao grau ainda incipiente da luta de classes no campo e que, com o desenvolvimento dessa luta e com o fortalecimento do ainda atrasado movimento camponês aumentarão as possibilidades de expropriações.

O importante é verificarmos que expropriações semelhantes não eram comuns antes e nem sequer aconteciam. E essa, da Galiléia, já denota um grau mais elevado do que o anterior da luta de classes no campo.

Que forças, que classes se puseram à frente dessa luta e a conduziram até a vitória? As classes em decadência ou as classes em ascensão? Não parece evidente que, em face do conteúdo revolucionário das transformações realizadas, embora ainda constituam um caminho isolado, tais transformações obedeceram a princípios justos e foram uma consequência de um determinado impulso dado acertadamente pelas forças motrizes da revolução brasileira?

Agora analisemos o fato de outros pontos de vista.

Parece-nos claro que se a propriedade expropriada pertencesse à Standard Brands, à Anderson Clayton ou a qualquer outra empresa norte-americana, a luta não teria chegado a bom termo senão em outras condições. Seria, seguramente necessário, para lograr êxito, nesse caso, que não apenas a forma antifeudal da luta de classes no campo atingisse um nível mais alto, mas também que já estivesse igualmente em nível alto a forma antiimperialista da luta de classes no campo. Isso também serve para demonstrar – creio eu – como inegavelmente é mais forte a contradição com o imperialismo do que a contradição com o feudalismo, também no que se refere ao movimento agrário.

Outro aspecto a considerar-se e a comparar-se é o da forma pacífica que predominou no caso do Engenho Galiléia. Se tivesse predominado a violência, teria sido idêntico o conteúdo revolucionário das transformações realizadas. Mas, teria a luta logrado êxito? Neste sentido particular, não seria a forma violenta uma forma inadequada e capaz de lavar ao fracasso o objetivo visado?

Então é preciso concluir, embora isso desgoste profundamente aos “esquerdistas” em geral e em especial aos “esquerdistas” da oposição, que ao menos em determinadas condições a forma pacífica é mais vantajosa e mais eficaz, do ponto de vista da prática revolucionária, que a forma violenta. Isso também serve para demonstrar que existe, hoje, a possibilidade real de transformações pacíficas, mesmo no campo, e apesar de todas as conhecidas debilidades de nosso movimento camponês. Agora essa possibilidade existe ainda como exceção, mas amanhã, segundo todas as probabilidades indicam, poderá existir como regra.

É também importante notar que a violência não basta para testemunhar o conteúdo revolucionário das transformações burguesas. Muitas das transformações burguesas realizadas por meios violentos têm cunho reformista, pois representam uma conciliação com as formas de domínio correspondentes a regimes historicamente superadas. Os latifundiários, como atesta nossa história, muito freqüentemente se tem

servido da violência contra a massa camponesa para impor o seu curso – o curso reformista – às transformações burguesas. A evolução do latifundismo feudal para o latifundismo burguês, principalmente na agricultura cafeeira, foi em muitos casos realizada violentamente, sendo que a iniciativa da violência coube à classe opressora, aos latifundiários.

Indubitavelmente, as transformações burguesas de conteúdo revolucionário obtidas por meios não violentos constituem uma, entre outras, das comprovações práticas da tese, da possibilidade real de um caminho pacífico para a revolução brasileira. De fato, se as forças motrizes da revolução, dentro da ampla frente nacional democrática, conseguirem transformar os exemplos isolados de nossa história na regra de conduta da luta de classes no campo, isto é, se conseguirem multiplicar por toda parte as reformas (pacíficas) de conteúdo revolucionário que importem na destruição das bases do feudalismo, no desenvolvimento da propriedade camponesa e das relações agrárias do tipo capitalista – eis aí, em toda sua perspectiva, o caminho pacífico levado à prática pelas massas do campo.

É evidente que esse caminho encontra sérios obstáculos pela frente e que sua escolha não depende da decisão apenas da massa camponesa, mas da resistência cada vez mais desesperada que a classe espoliadora decadente possa oferecer à ação do movimento democrático. Entretanto, o fato de que a iniciativa da violência passe às mãos dos inimigos do povo terá transcendental importância como fator político favorável à mobilização das massas populares e ao desenvolvimento da revolução.

* * *

Por tudo isso se verifica que apesar das múltiplas faces com que o problema agrário se configura, nas complexas condições brasileiras, suas soluções sempre estarão relacionadas, de uma ou de outra maneira, sob um ou outro aspecto, com o desenvolvimento da luta de classes. Portanto, se quisermos aplicar um método acertado para descobrir o caminho brasileiro para a revolução agrária antifeudal, não nos resta outra alternativa senão a de tomar como ponto de partida o estudo das particularidades concretas de cada uma das três frentes da luta de classes no campo brasileiro. É o que tentaremos fazer a seguir, no próximo artigo.